

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

LIDINES AZAMBUJA RODRIGUES

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO LOTEAMENTO CONJUNTO
RESIDENCIAL CARMELA NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA – PR**

MATINHOS

2011

L Aidines Azambuja Rodrigues

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO LOTEAMENTO CONJUNTO
RESIDENCIAL CARMELA NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA – PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Helena M. Kashiwagi

MATINHOS

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

*“Direitos sem instrumentos são direitos inexistentes,
da mesma forma que instrumentos sem sujeitos sociais
são folhas ao vento”*

Ana Clara Torres Ribeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças, saúde e determinação ao longo dessa jornada.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram de uma forma ou de outra para que meu sonho se tornasse realidade.

À minha família, Jorge, meu companheiro, pela compreensão; aos meus filhos Karin, Alessandra e João Ari, que sempre me apoiaram e acreditaram em mim em todos os momentos dessa trajetória; Emerson, meu genro, Juliana minha nora e aos meus netos Joaquim, Malu, Anna Carolina e Mirelle, pelo pouco tempo que estivemos juntos.

Ao professor Valdo Cavallet, pelo apoio desde o Curso Técnico; à Profa. Dra. Édina Vergara, que contribuiu nesse trabalho, que trouxe algumas reflexões sobre a profissão, durante suas aulas e conversas; a todos os professores do Curso de Serviço Social da UFPR – Litoral e especialmente, à minha orientadora professora Helena Midori Kashiwagi, que muito me ajudou com sua amizade, companheirismo e incentivo para terminar mais uma etapa da minha vida.

Às minhas colegas e amigas da turma de Serviço Social 2007, pela companhia e amizade, nesses anos em que estivemos juntas, principalmente Bruna, Dieime, Gisele, Patrícia, Mariana, Maria da Luz, Ivonise e especialmente Amanda, pela ajuda e colaboração na formatação desse trabalho. Sentirei saudades de vocês.

Aos meus amigos pelo carinho, apoio e força nesses anos que estive na universidade.

Aos funcionários da UFPR – Litoral, Clarice, Liliam e aos estagiários da Biblioteca pelo atendimento afetuoso.

Às famílias do Conjunto Residencial Carmela, por me receberem em suas casas, disponibilizando seu tempo e colaborando na construção desta pesquisa.

Aos funcionários do Setor do Urbanismo da Prefeitura Municipal de Guaratuba, pelo atendimento; ao Elio, do Departamento de Patrimônio, pela simpatia e ajuda; à professora Rocio, da Secretária da Cultura, pelas informações necessárias à pesquisa.

Enfim, a todos que ajudaram de alguma forma na realização desse trabalho.

Meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo caracterizar o loteamento Conjunto Residencial Carmela, Guaratuba – PR, no período de 1991 e 2011, considerando as transformações socioespaciais, a fim de sugerir a implementação de direitos sociais. A pesquisa se fundamentou em estudos teóricos, documentais e em um questionário com perguntas diretas, o qual nos permitiu conhecer o perfil socioeconômico dos moradores. Desde a sua implementação, em 1991, com uma infraestrutura precária, aos poucos os primeiros moradores foram se organizando, para conseguir algumas melhorias, que aconteceram inicialmente nas ruas principais de acesso ao Conjunto. As mudanças ocorridas no espaço físico, em parte, decorrem da vinda de outros novos proprietários e veranistas. A fragilidade de políticas públicas refletiu na reativação da Associação de Bairro, apoiada pelos moradores, porque os próprios integrantes sentiram que por esse canal, poderiam reivindicar melhorias. Esta pesquisa, ao percorrer os caminhos da interdisciplinaridade, visa contribuir para uma reflexão com o Poder Público, a fim de que a distribuição dos investimentos públicos, no território da cidade, seja menos desigual e com melhor qualidade de vida, com o desafio de oferecer mais acessibilidade aos equipamentos urbanos de infraestrutura aos seus cidadãos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Direitos Sociais. Transformações Socioespaciais. Equipamentos Urbanos.

ABSTRACT

This work aims to characterize the subdivision of buildings on the Conjunto Residencial Carmela, Guaratuba - PR, of 1991 and 2011, considering the socio-spatial transformations in order to suggest the implementation of social rights. The research was based on theoretical studies, documentary and a questionnaire with direct questions, which allowed us to know socioeconomic profile of residents. Since the implementation in 1991, with a precarious infrastructure, slowly the first residents were organizing themselves to achieve some improvements, which initially occurred on the main streets of access to the residential complex. The changes in the physical space, in part, stem from the arrival of other new owners and vacationers. The weakness of public policies reflected in reactivation of the Neighborhood Association, supported by the residents, because the members themselves felt that by this means could claim improvements. This research, through of the paths of interdisciplinarity aims at contributing to a discussion with the Government, so that the distribution of public investments in the territory of the city, is less inequitable and better quality of life and the challenge of providing more accessibility to urban infrastructure facilities to its citizens.

Keywords: Public Policy. Social Rights. Socio-spatial Transformations. Urban Equipments.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– Imóvel não habitado.....	19
FIGURA 2	– Imóvel com melhorias.....	19
FIGURA 3	– Mapa do loteamento Conjunto Residencial Carmela.....	21
FIGURA 4	– Infraestrutura conquistada pelos moradores (A).....	24
FIGURA 5	– Travessa do Conjunto Residencial Carmela	24
FIGURA 6	– Imóvel de veranista (A)	29
FIGURA 7	– <i>Lan House</i>	31

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	–	Moradores.....	33
GRÁFICO 2	–	Tempo de moradia.....	34
GRÁFICO 3	–	Número de moradores por residência.....	34
GRÁFICO 4	–	Meios de transportes utilizados.....	34
GRÁFICO 5	–	Idade dos chefes de família.....	35
GRÁFICO 6	–	Grau de instrução dos chefes de família.....	35
GRÁFICO 7	–	Renda total familiar.....	36
GRÁFICO 8	–	Equipamentos domésticos.....	37
GRÁFICO 9	–	Infraestrutura demandada para o loteamento.....	38
GRÁFICO 10	–	Equipamentos urbanos demandados para o loteamento...	38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNH	–	Banco Nacional de Habitação
CEF	–	Caixa Econômica Federal
COHALAR	–	Cooperativa Habitacional dos Assalariados do Paraná
FNHIS	–	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
PMG	–	Prefeitura Municipal de Guaratuba
SANEPAR	–	Companhia de Saneamento do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DO DIREITO A MORADIA: APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA	15
1.1 A MORADIA COMO DIREITO: BREVE REVISÃO TEÓRICA.....	15
1.2 A URBENAUTA NA BUSCA PELOS ASPECTOS LEGAIS DO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA.....	20
1.3 A INFRAESTRUTURA BÁSICA DO LOTEAMENTO NA ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO.....	23
1.4 EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS DO LOTEAMENTO IMPLANTADOS ATUALMENTE.....	25
2. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA	28
2.1 A PRESENÇA DE VERANISTAS E RECENTES PROPRIETÁRIOS MUDANDO A ESTÉTICA ESPACIAL.....	28
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES NO USO, NA OCUPAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA NO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA....	30
3. O PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA	32
3.1 O CAMINHO METODOLOGICO PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS.....	32
3.2 OS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi guiado pelo olhar de minha formação como Técnica em Gestão Imobiliária, juntamente com a formação em Serviço Social, que me permitiu refletir a respeito do exercício da cidadania sob o olhar do Poder Público. Despertou-me o interesse em compreender as transformações socioespaciais ocorridas no Conjunto Residencial Carmela, situado no Bairro Mirim, em Guaratuba - PR, desde sua implantação em 1991 até o momento atual.

Com esse entendimento, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em descrever as transformações socioespaciais do loteamento Conjunto Residencial Carmela, ocorridas desde a sua implementação, em 1991, até o momento atual. Como objetivos específicos para compreender o objetivo geral da pesquisa, elencamos: caracterizar a história do loteamento sob aspectos físicos e legais; verificar as transformações socioespaciais no período de 20 anos e descrever as demandas e a efetivação das políticas públicas no local.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos: o primeiro que se refere à história e construção do loteamento, seus aspectos legais. No ano de 1991, quando foi implantado o Conjunto Residencial Carmela contava com uma infraestrutura precária. Aos poucos, os primeiros moradores foram se organizando, para conseguir algumas melhorias, inicialmente, nas ruas principais de acesso ao Conjunto.

No segundo capítulo, verificamos as transformações socioespaciais ocorridas no loteamento, referentes à colocação de estratos da esfera social, as mudanças ocorridas no espaço físico, as melhorias nas residências, decorrentes da vinda de outros novos proprietários, oriundos de outras cidades do Paraná, como veranistas, e mudando a estética espacial e as fragilidades das políticas públicas.

No terceiro capítulo, abordaremos o perfil socioeconômico dos moradores do loteamento, por meio de um questionário com perguntas diretas com o intuito de identificar o padrão socioeconômico e entender como os moradores se relacionam com o espaço no qual estão inseridos. Os resultados da aplicação do questionário serão apresentados por meio de diversos gráficos, na extensão do trabalho.

Para fundamentar essa investigação, utilizamos dados coletados na Prefeitura Municipal de Guaratuba, na Secretaria de Urbanismo, no Patrimônio Histórico e na Secretaria da Cultura, informações e dados com os moradores mais antigos do conjunto, livros didáticos, dissertações, teses e artigos científicos.

A metodologia de coleta de dados do trabalho empírico para caracterizar o objeto de estudo estruturou-se por meio de um contato informal com alguns moradores, utilizando-se um questionário para levantar o perfil socioeconômico. O universo amostral foi de 30 famílias de um contexto de 457 residências, sendo aproximadamente 70% ocupadas por moradores residentes no loteamento. Os resultados obtidos permitiu-nos compreender as seguintes variáveis: idade dos moradores; tempo de moradia no local; número de pessoas por residência; perfil dos moradores das residências (proprietário, inquilino e veranista); renda familiar; meio de transporte utilizado pela família; nível de educação; e, por último, infraestrutura e equipamentos urbanos comunitários implantados no loteamento.

Para complementar esse diagnóstico, realizou-se a observação *in loco* do loteamento para identificar o verdadeiro uso e a ocupação das residências. Registraram-se por meio de fotografias a paisagem urbana local e o entorno.

Verificou-se recentemente que, com a entrada de novos moradores no Conjunto Residencial Carmela, houve pequenas transformações socioespaciais, mais significativas porque descaracterizaram a paisagem do loteamento. Ocorreu a inserção de novos usos e ocupação, diferentes do uso residencial, por exemplo, pequenos comércios vicinais, como um aviário, um bar, um mercadinho e um brechó.

Essas transformações socioespaciais no uso e na ocupação das residências desencadearam o aumento de fluxo de pessoas externas, implicando nas melhorias da infraestrutura local. Dessa forma, houve mudanças também no entorno do loteamento, surgindo novos pontos comerciais na única via de acesso a esse Conjunto. Com essa concentração de comércios nesse bairro, o Poder Público municipal vislumbrou a expansão urbana dessa região.

Durante a realização desta pesquisa, ocorreu um fato importante que foi a reativação da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Carmela. Essa Associação foi criada logo após a implantação do loteamento (ANEXO 1) e, por falta de interesse dos moradores, ficou sem gestores. Com isso, os moradores esperam ser um dos canais para reivindicar melhorias de infraestrutura, implantação dos

equipamentos urbanos, para proporcionar segurança, mobilidade dos moradores, saúde e lazer aos usuários do loteamento.

Com essa pesquisa, buscou-se investigar, dentro de um território limitado, as transformações socioespaciais e as dificuldades no fazer cumprir os direitos sociais dos cidadãos diante do descaso dos representantes do Poder Público.

CAPÍTULO I

DO DIREITO A MORADIA: APROXIMAÇÕES COM A HISTÓRIA DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA

1.1 A MORADIA COMO DIREITO: BREVE REVISÃO TEÓRICA

O significado atribuído ao direito à moradia é pensado como um componente essencial para uma qualidade de vida adequada. Para Rolnik (2010, p.14), significa que vai além da casa de quatro paredes; envolve possibilidade de acesso, a partir do lugar onde se vive, não apenas a infraestrutura, equipamentos, mas também as oportunidades de trabalho, econômicas, os meios de sobrevivência.

Para que o direito a moradia seja efetivado, é preciso que ela seja assegurada à pessoa em caráter permanente, para que seja construído um vínculo, uma identidade, um sentimento de conforto e segurança (DALLARI, 2004, p. 19-42).

O campo socioeconômico remete ao relacionamento condicionante entre o horizonte social e econômico na sociedade. Volta-se para o enfrentamento da pobreza material (pobreza socioeconômica), partindo-se, de modo geral, da relevância do emprego e da renda para qualquer tentativa de reduzir as desigualdades sociais (DEMO, 1996, p. 32).

O autor destaca,

[...] que as políticas tipicamente socioeconômicas, são as políticas de habitação de baixa renda, voltadas a enfrentar a dificuldade extrema de acesso habitacional por parte das grandes massas que chegam às cidades e nelas se aglomeram em favelas; o acesso à habitação depende também, essencialmente, da renda familiar ou individual (DEMO, 1996, p. 33).

Do ponto de vista da desigualdade sócio-histórico-estrutural, Demo (1996) ressalta que:

[...] toda política social, para ser social, necessita atingir a condição concreta de redução da desigualdade. [...] Mas o cesso social, por meio do qual o necessitado gesta consciência política de sua necessidade, e, em consequência emerge como sujeito de seu próprio destino, aparecendo como condição essencial de

enfrentamento da desigualdade sua própria atuação organizada. (DEMO,1996, p. 25).

Segundo Cardoso e Silveira (2011, p.100),

[...] o debate sobre a questão da moradia é um direito básico de cidadania e condição essencial para a sobrevivência no meio urbano, atravessa séculos ainda persiste na agenda internacional, preocupando um conjunto de atores sociais que, diante da permanência do problema, traduzido por amplas carências habitacionais ainda presentes em inúmeros países e continentes, como de resto no Brasil, se dedicam a contribuir para a sua superação. A importância do tema cresce a nível internacional, ao constatar-se que uma terça parte da população mundial vive em favelas ou assentamentos precários.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) contém um dos mais antigos reconhecimentos do direito à moradia adequada (art. 25, item 1): o direito à propriedade é assegurado na Declaração Universal em que todos tem direito à propriedade obtida individual ou coletivamente e ninguém deve ser privado de sua propriedade.

Nos princípios fundamentais do artigo 6º da Constituição Federal, em especial, o da função social da propriedade associado ao direito à moradia, fica evidenciado que:

[...] são direitos sociais a educação, a saúde, ao trabalho, a moradia ao lazer, a segurança, a previdência social, proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Após 11 anos de negociações e adiamentos, o Congresso Nacional aprovou a Lei n. 10.257 em 10.07.2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Essa Lei regulamenta o capítulo de política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1988, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e outras providências. Essa regra trouxe um importante instrumento para a concretização do direito humano à moradia, pelas quais, o Poder Público, especialmente, o Município, deve utilizar para enfrentar os problemas de desigualdades sociais e territoriais nas cidades.

De acordo com Schafer (2006), o Estatuto da Cidade apresenta quatro dimensões fundamentais:

[...] consolida um novo marco conceitual jurídico-político para o direito urbanístico; regulamenta e cria novos instrumentos urbanísticos a construção de uma ordem urbana socialmente justa e includente pelos Municípios; aponta processos político-jurídicos para a gestão democrática das cidades e propõe instrumentos jurídicos para a regularização fundiária dos assentamentos informais em áreas urbanas. (SCHAFER, 2006, p. 111).

O Estatuto da Cidade proporcionou um avanço fundamental sobre a previsão de normas para a regularização fundiária, sendo ao mesmo tempo incluído o Estatuto na agenda obrigatória das políticas urbana e habitacional das cidades. É uma Lei inovadora que abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover as inclusões sociais e territoriais nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos, sociais e políticos de nossas cidades e garantindo o cumprimento integral da função da cidade e da propriedade urbana.

Definem-se nessa Lei as ferramentas que o Poder Público, especialmente o Municipal, deve utilizar para enfrentar os problemas de desigualdades sociais e territoriais nas cidades. Como, por exemplo, a aplicação do Plano Diretor, da operação urbana consorciada, do direito de preempção, da outorga onerosa do direito de construir, de garantir a gestão democrática da cidade, de implementar o direito às cidades sustentáveis, de promover a regularização fundiária das áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda.

Nesse sentido, Cardoso e Silveira (2011) apontam que:

[...] pode-se avaliar que somente a partir 2003, com a criação do Ministério das Cidades, o Estado passa a inserir a questão da moradia na esfera de prioridades, constituindo um arcabouço de medidas legais, financeiras e administrativas combatível com a dimensão do problema e afinado com a plataforma da reforma urbana [...] entre avanços e resultados alcançados, cabe destacar a criação do Sistema Nacional de Habitação, como também o projeto de lei que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social FNHIS, antiga reivindicação dos movimentos de moradia. (p.101-102).

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) prevê a aplicação de recursos federais subsidiados, conforme regras estabelecidas, gerido por conselho, com participação popular e formulação do plano de habitação de

interesse social, para o atendimento às necessidades habitacionais dos estratos de menores rendimentos. Sua distribuição teve início em 2006, com ações voltadas para a produção de habitações e regularizações urbanísticas e fundiárias de assentamentos precários.

Para Dallari (2004, p. 19), quando algum direito humano não é cumprido prejudicará os demais, pois todos os direitos são interligados. Um exemplo é o direito à moradia, pois se um cidadão não tiver uma moradia adequada para viver, isto é, quando não tiver seu direito efetivado, poderá afetar os demais direitos como o direito à saúde ou o direito à dignidade. Continuando, a inclusão da moradia no rol dos direitos de cidadania, por si só, não responde à problemática habitacional, pois nas sociedades em que a desigualdade social é característica, esse direito, além de ser reconhecido e garantido, necessita ser promovido. Democratizar e descentralizar os programas sociais, inserindo a população até hoje nunca atendida pressupõe que os programas de intervenção sejam concebidos com base em cada realidade, considerando os contextos social, econômico e ambiental específico.

Silva Costa (1995, p. 38) destaca que “democratizar o acesso ao crédito é indispensável para viabilizar um atendimento massivo às necessidades de habitação país”. Pondera que essa proposta norteia dois pressupostos principais: o acesso à moradia como direito de cidadania e a correção de injustiças históricas. O acesso à moradia digna é condição básica de cidadania, devendo receber a mesma atenção de outras áreas. Para isso, deve ser tratada como prioridade nacional, tendo garantido recursos e mecanismos institucionais para a concretização desse direito.

A habitação, como uma das necessidades básicas e fundamentais do homem, dá-nos uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, e o local de morada associada ao preço da terra.

Nesse aspecto, Carlos (1994, p.134) afirma que:

[...] o homem vive onde ele pode morar, e onde pode morar determinado pela renda que recebe e pelos sacrifícios que ele pode fazer. Como ele pode morar em que condições vive, isso depende a acessibilidade aos serviços coletivos produzidos.

De acordo com Rolnik (2010, p. 15) “no Brasil ainda há uma linha hegemônica de estrutura do desenvolvimento urbano que vê a moradia como patrimônio e não como direito humano para todos”.

Nas Figuras 1 e 2 verificam-se certa desigualdade entre os moradores do conjunto quanto a rentabilidade e o poder de compra, pois alguns conseguem adquirir seus imóveis e até mesmo reformá-las e outros só conseguem realizar seus desejos por meio de financiamento imobiliário por um longo período.



FIGURA 1– IMÓVEL NÃO HABITADO
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



FIGURA 2– IMÓVEL COM MELHORIAS
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).

1.2 A URBENAUTA NA BUSCA PELOS ASPECTOS LEGAIS DO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA

O nome Urbenauta vem da junção dos radicais latinos urbe = cidade e nauta = aquele que viaja. O Urbenauta é um aventureiro urbano, um desbravador de selvas de pedra, é um herói urbano que pretende chamar a atenção para as questões sociais, ambientais e culturais da vida humana. Por isso, aqui se afirma que antes de habitar a lua, é preciso entender a rua.

A idéia foi concebida pelo pesquisador e jornalista Eduardo Fenianos que, desde 1990, pesquisa a relação entre seres humanos, cidades, natureza e educação. Surgindo a idéia de viajar dentro da própria cidade em que mora, sem dinheiro, sendo obrigado a comer e dormir na casa das pessoas pelos bairros onde passou. Dessa forma, entrando na casa dos mais diferentes tipos de gente, ele conseguiu viver outras vidas e captar a realidade e o cotidiano que lhe cercava.

Dentro desse contexto, iniciamos nossa viagem pelo Bairro Mirim, em Guaratuba PR, especialmente até o loteamento Conjunto Residencial Carmela. A primeira abordagem com os moradores foi informal, comentamos sobre a pesquisa que faríamos com a finalidade de realizar um Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. A metodologia de investigação seria por meio de um questionário com perguntas diretas, sobre o tempo de moradia no local, números de pessoas por residência, renda familiar, meio de transportes utilizados pelos moradores, grau de instrução entre outras informações.

Durante nossa caminhada anotamos em um caderno os aspectos urbanísticos, a infraestrutura e os equipamentos urbanos comunitários existentes no loteamento e verificamos a ausência de áreas de lazer e pouco policiamento e segurança no loteamento. Apesar das vias não serem pavimentadas, as ruas são nominadas e as casas são numeradas. Há poucos pontos de ônibus e o horário do transporte coletivo é de hora em hora.

Durante as conversas percebeu-se as reclamações dos moradores quanto ao descaso do Poder Público no não atendimento as solicitações de melhorias para o local. Enfatizamos a importância de reativar a Associação de Moradores, porque

assim teriam um canal de voz legal junto aos governantes, representando uma coletividade.

O Conjunto Residencial Carmela, situado no Bairro Mirim, no município de Guaratuba – PR (ANEXO 2), foi planejado para construção de casas populares, destinado à população de baixa renda. Foi construído em 1991 numa parceria entre a Prefeitura Municipal, a Cooperativa Habitacional do Assalariado do Paraná (COHALAR) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

O loteamento está localizado a oeste da Baía de Guaratuba, ladeado pelo Rio Bogaçu Mirim e o manguezal da baía, conforme mostra a Figura 3:

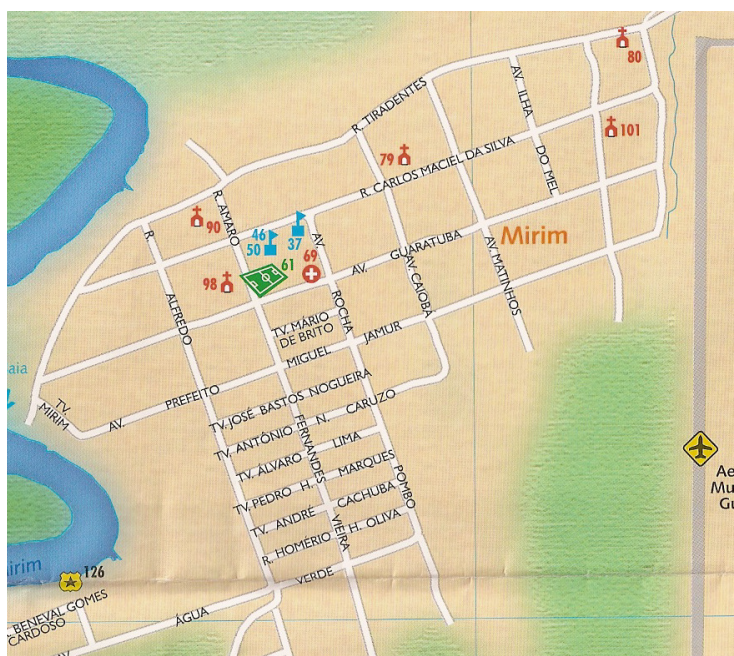


FIGURA 3 – MAPA DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA (2011)

O Conjunto Residencial Carmela foi registrado no Cartório de Imóveis de Guaratuba sob o n. 19433. É constituído por 457 casas, dividido em 15 quadras, cada qual com 26 lotes e sendo a última com 41 lotes, medindo as casas de meio da quadra 7 m x 17,20 m e as de esquina 10 m x 17,20 m, tipo meia- água, tendo como opção fazer melhorias no imóvel com contrato de 10 anos e prestações acessíveis.

O financiamento das casas foi estendido para as pessoas de Curitiba e Região Metropolitana porque muitos dos moradores de Guaratuba sobreviviam da economia informal e não tinham como comprovar seus rendimentos. Posteriormente, aqueles que não conseguiram cumprir o contrato transferiram o imóvel para outros

moradores ou simplesmente abandonaram os imóveis. A dívida com a CEF foi repassada para outras pessoas interessadas nos imóveis. Atualmente, boa parte dos moradores quitaram o saldo devedor com a CEF por meio de acordos, respeitando-se as condições econômicas.

Observamos que alguns moradores reformaram suas casas, utilizando todo o terreno, fizeram melhorias, como garagem, jardim e outras benfeitorias. Há casos de propriedade ainda a ser regularizada e também há abandono do imóvel pelo proprietário, sem o pagamento das devidas prestações. Os dados levantados durante a pesquisa apontam que alguns proprietários moradores são aposentados e as mulheres trabalham em serviços gerais, como diaristas ou cuidam das casas vizinhas e os proprietários das casas desocupadas são de outros lugares, por exemplo: Curitiba, Campo Largo, Cascavel, Francisco Beltrão, Pato Branco, Brasília e usam a moradia como veranistas.

Pelo relato de alguns moradores do Bairro Mirim, vizinho ao Conjunto, antes da implantação do loteamento, não havia ruas naquela região. O acesso era por uma estradinha. Os moradores usavam como melhorias para o trânsito pedaços de caxeta (madeira extraída da região para industrialização de lápis), sendo a mesma estrada utilizada pelo caminhão do lixo, para transporte dos dejetos e por pessoas.

O acesso ao Conjunto Residencial Carmela é pela Rua Tiradentes, principal rua do Bairro Mirim. As ruas principais do conjunto são: Rua Alfredo Dias, Rua Amaro Fernandes Vieira, Rua Rocha Pombo e Avenida Água Verde e as demais ruas transversais do loteamento todas com nome e casas numeradas, de acordo com a quadra. A maioria dos moradores, a família em geral, utiliza a bicicleta e o ônibus coletivo como meio de transporte, porque o conjunto se situa a uma distância de 12 km do centro da cidade. Um dos desejos deles é a implantação de um posto policial no bairro, por motivos de roubos e segurança e a colocação de asfalto nas ruas principais.

Mesmo se tratando de um bairro constituído há 20 anos, com uma grande parcela da população residente desde a sua implantação e possuindo casa própria ou alugada, o bairro ainda hoje apresenta graves problemas, os quais serão apresentados nos próximos itens a serem relacionados.

1.3 INFRAESTRUTURA BÁSICA DO LOTEAMENTO NA ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO

Um dos grandes problemas urbanos contemporâneos pode ser caracterizado como a implantação e a administração das obras e serviços, sejam públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do Poder Público, em espaços públicos e privados.

Conforme relato dos primeiros moradores, inicialmente, o loteamento Conjunto Carmela foi implantado com infraestrutura básica, água encanada, luz, esgoto com fossa, sem manilhas nas ruas, com nomenclatura nas ruas e casas numeradas.

Na busca pelos direitos sociais, verificou-se um fato importante ocorrido entre os moradores do Conjunto que ao se depararem com as dificuldades em conseguir melhorias e infraestrutura para o loteamento perceberam a necessidade de se mobilizarem. De acordo com a Sra. Andrea D. Serafim (uma das fundadoras da Associação), ainda no início da ocupação dos imóveis os moradores organizaram-se e criaram a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Carmela, registrada em cartório no dia 23.11.1992 (ANEXO 1).

Foi por meio da Associação que os moradores conseguiram junto ao Poder Público a colocação das manilhas nas ruas principais do loteamento (FIGURAS 4). Mesmo com toda essa movimentação dos moradores, a Associação ficou desativada por um bom tempo, sendo alguns anos mais tarde, reativada conforme meu relato no decorrer do trabalho.

A rede de esgoto foi implantada recentemente, em uma das ruas principais do loteamento, a Rua Alfredo Dias, conforme nos informou a atendente Sra. Elizabete de Liz, da SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná. A população está aguardando a concretização da promessa de que a rede de esgoto passe por todo o loteamento; a coleta de lixo é feita em dias alternados e, no período de veraneio, a coleta é diária. Observamos que não há pavimentação nas ruas, precariedade de instalação de calçadas, bueiros, telefones públicos e também na limpeza das ruas, sendo esta tarefa, geralmente, realizada pelos próprios moradores em frente das suas casas (FIGURA 5).



FIGURA 4– INFRAESTRUTURA CONQUISTADA PELOS
MORADORES (A)
FONTE: SERAFIM, A. D. (1993).



FIGURA 5 – TRAVESSA DO CONJUNTO RESIDENCIAL
CARMELA
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).

Na questão do transporte, os dados coletados nos mostram que os meios de transportes utilizados são: o ônibus 37%, a bicicleta 30%, o carro 24%, táxi 7% e a moto 2%. Devido ao maior número de usuários do transporte coletivo, eles reclamam que há poucos pontos de ônibus e o tráfego é realizado somente nas duas vias principais do loteamento.

A existência desses componentes físicos é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, bem como de ordenação territorial e de estruturação dos aglomerados urbanos, e que devem atender com eficiência ao propósito para o qual foram destinados.

1.4 EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS DO LOTEAMENTO IMPLANTADOS ATUALMENTE

A implantação dos equipamentos urbanos deve fazer parte de uma ação mais abrangente que inclua os moradores sem diferenciá-los. É função do Estado, garantir serviços públicos adequados, dirigidos a instrumentar os processos de formação da cidadania, promoção cultural e acesso à comunicação, políticas de segurança pública que dêem garantias de direito de todos de andar pela rua, de morar, de se divertir com tranquilidade, de proteção aos seus bens contra violências externas, de condições de vida urbana: transporte coletivo e equipamentos urbanos.

Como afirmam Ribeiro e Pechman (1985.p.35),

[...] a construção está condicionada à existência de terrenos que possuem características de construtibilidade, definas não só pelas suas condições naturais: fatores geológicos, morfológicos, por exemplo, mas, sobretudo, pela sua localização no espaço, que permita o acesso a uso do sistema espacial de objetos imobiliários (ruas, praças, parques, jardins, rede de água e de esgoto, etc).

Rolnik (2010, p.15) defende a idéia de “uma política urbana integrada que consiga ofertar moradias com mobilidade urbana, ou seja, articuladas à produção de qualidade de vida na cidade”. Os equipamentos urbanos podem ser comunitários e de serviço ao público, de abrangência local, sejam eles públicos ou privados, principalmente, os destinados a lazer e cultura, educação, saúde e segurança e também, os de grande porte, como: estádios, auditórios, parques, praças, clubes, escolas, bibliotecas, centro de pesquisas, cemitério, hospital, delegacia ou posto policial, rodoviária.

Inicialmente, o loteamento foi implantado precariamente com poucos equipamentos urbanos, mas segundo o Sr. Maneco, ex-vereador de Guaratuba, morador do Bairro Mirim, nos últimos anos ocorreram algumas melhorias no loteamento.

Conforme foi relatado pela Secretária Municipal da Cultura, Sra. Rocio Bevervanso, em uma das laterais do loteamento houve a implantação de uma quadra desportiva e próximo a ela foi instalada a Escola de Atendimento Infantil,

destinada a crianças menores de quatro anos, período integral ou não, do loteamento e adjacentes (ANEXO 4).

Em 1995, houve a construção num mesmo lote da Escola Municipal João Gualberto da Silva e da Escola Estadual Lea Germano Monteiro, e anexo a essa escola, há um Ginásio de Esportes para atender a demanda das crianças do loteamento e do bairro Mirim. Devido à falta de segurança e ao vandalismo, o Ginásio de Esporte não é utilizado após o período escolar, o que inviabiliza o uso de um espaço público para outras atividades, impedindo o atendimento às demandas das crianças, adultos e idoso, como eventos culturais, torneios esportivos entre os estudantes e afins, e festas populares. Dessa forma, uma das principais reclamações é a falta de instalação de um posto policial é um apelo da maioria dos moradores, por motivo de segurança, vandalismo e roubos, porque as Unidades Policial Civil e Militar, ficam situadas no centro da cidade (ANEXO 4).

Na outra lateral, foi construída a Unidade Básica de Saúde do Mirim, que atende além dos moradores do loteamento, como também, aos usuários do Bairro Mirim e de outros bairros que para lá se dirigirem. Em contato com uma funcionária da Unidade de Saúde Mirim, Sra. Marlete Miranda, esta nos informou que a Unidade é composta por quatro atendentes, quatro agentes comunitários, um médico pediatra (atendimento uma vez por semana) e outro clínico geral diário nos dois turnos e um dentista diariamente. Os casos mais urgentes e com necessidade de raio X, são encaminhados ao Pronto Socorro Municipal e ao Posto de Especialidades, no Bairro Nereidas (ANEXO 4).

Quanto aos demais equipamentos, observamos que a coleta de lixo, ocorre em dias alternados, mas, durante os meses de verão a coleta é diária. São poucos os orelhões públicos, mal cuidados, raros os pontos de ônibus. A reclamação dos usuários é sobre o horário do ônibus, sendo de hora em hora, indo até ao centro, e nos domingos e feriados, é de duas em duas horas. Essa reclamação procede, devido à distância bairro-centro, aproximadamente, de 12 km, as fotos estão listadas no. Há transporte escolar, período diurno e noturno, atendendo à locomoção dos estudantes que estudam em outras escolas do Bairro Mirim e no centro da cidade Não houve implantação de praças ou parques públicos no loteamento, no momento da construção dele e até os dias de hoje não há projeto. Desse modo, os moradores adaptaram um espaço no final do bairro, um campo para o futebol ao lado da igreja, que também é utilizado para as festas religiosas e quermesses (ANEXO 4).

Dentre os conceitos de áreas comunitárias, a praça desempenha um importante papel como espaço de uso coletivo. Em uma definição mais ampla, praça é qualquer espaço público urbano livre de edificações e que propicie convivência e/ou recreação para seus usuários. Normalmente, a apreensão do sentido “praça” varia de população para população, de acordo com a cultura de cada local. Em geral, este tipo de espaço está associado ao pedestre e não à acessibilidade de veículos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, 2005-2008).

Na área de equipamentos de lazer e de cultura, a implementação de novos equipamentos trará impactos positivos e atenderá às demandas previstas, como a interação entre os moradores de diversas idades, por exemplo, os equipamentos de ginástica ao ar livre e gratuitos. Também atingirá as crianças, porque elas brincam na rua, pois não têm outra opção de lazer. Diante disso, a praça pode ser compreendida como uma área cívica, capaz de servir como ponto de encontro e convivência para todos os cidadãos. Mais do nunca, a saúde do corpo social de uma cidade depende da promoção desses espaços de encontro (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, 2005-2008).

Na questão da arborização urbana, o descaso da Secretaria Municipal do Meio Ambiente fez com que os próprios moradores se encarregam de plantar e cuidar das árvores nas ruas do loteamento. Outras transformações que transformaram a estética espacial são a existência de algumas igrejas e pequenos comércios como aviários, bar e minimercados.

CAPITULO II

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO ESPACIAIS DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA

2.1 A PRESENÇA DE VERANISTAS E RECENTES PROPRIETÁRIOS MUDANDO A ESTÉTICA ESPACIAL

O acesso à moradia representa mais do que dispor de um novo espaço físico para morar. Ele representa melhoria na qualidade de vida que se reflete no bem-estar da família, nos aspectos de segurança, saúde e educação. Assim, o acesso à moradia é uma maneira de fazer valer a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Conforme o que constatamos no resultado do questionário aplicado aos moradores, alguns proprietários não conseguiram honrar seus compromissos assumidos com a CEF, ficando em situação de inadimplentes. Repassaram, então, os imóveis para outros pretendentes, os quais residem em outros lugares, como exemplo, Curitiba, Cascavel, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, São José dos Pinhais, Pinhais, Piraquara, Colombo.

Os novos proprietários fizeram melhorias nos imóveis, como por exemplo, aumentaram o número de cômodos, banheiro, garagem, jardim, e outras benfeitorias, ocasionando, dessa forma, uma mudança espacial, um novo visual do loteamento. Em contrapartida, essa mudança espacial trouxe alguns contratempos para a comunidade, porque os imóveis despertam atenção e não são habitados por algum tempo durante o ano, ou seja, são utilizados somente no período de verão ou nos feriados prolongados.

Outros imóveis que também foram modificados depois da implantação do conjunto, pertencem a moradores, que após a aposentadoria, resolveram fixar residência no Conjunto. Diante dessas mudanças espaciais está o reflexo das diferenças de situações econômicas entre as classes sociais. A conquista por uma moradia digna e saudável, com infra-estrutura adequada, é uma forma de inclusão social e de melhoria na qualidade de vida desejada por todos os cidadãos (FIGURA 6).



FIGURA 6- IMÓVEL DE VERANISTA (A)
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).

2.2 TRANSFORMAÇÕES NO USO E NA OCUPAÇÃO ORIGINAL DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA

Constatamos, em nossa visita ao secretário do Setor de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Guaratuba, que poucos ou quase nenhum registro de benfeitorias foram encontrados nos arquivos das gestões anteriores. Por esse motivo, baseamo-nos em nossa pesquisa somente com relatos e memória dos antigos moradores do loteamento. Essas benfeitorias estão restritas à limpeza de ruas com maquinários, à abertura de pequenos comércios e ao atendimento na Unidade de Saúde, abrangendo os usuários de bairros vizinhos.

Nesse sentido, corroboramos com as palavras de Sordi (2006, p .58):

[...] ao falarmos sobre políticas públicas optamos não somente em fazer a crítica sobre os problemas relacionados com a falta delas ou sua ingerência, e sim, priorizarmos o conhecimento também voltado ao processo de construção e importância das políticas públicas, seus sujeitos, beneficiados e o significado de tais políticas na vida das pessoas.

Devido ao aumento de número de moradores no Conjunto e pela necessidade deles adquirirem alguma mercadoria ou serviço com urgência, houve a expansão de pequenos comércios, para atender às demandas emergenciais dos habitantes, como o surgimento de um aviário, um bar, um brechó e uma lanchonete, todos situados em algumas ruas do loteamento (ANEXO 4).

Devido à ocupação dos imóveis no Conjunto Residencial Carmela, o loteamento foi mudando gradativamente os aspectos de ordem físicos, estruturais e humanísticos. Podemos notar que os moradores negociantes fizeram modificações nos imóveis ou simplesmente colocaram avisos ou distribuíram panfletos para anunciar a novidade no bairro.

Como o acesso ao Conjunto é pela Rua Tiradentes, principal via do Bairro Mirim e, em contra partida, houve um acréscimo de fluxo de pessoas, esse fato propiciou a instalação de vários segmentos comerciais, tais como: a instalação de minimercado, *lan house* (FIGURA 7), loja de roupas, oficina de bicicleta, peixaria, panificadora, farmácia e lanchonete (ANEXO 4).



FIGURA 7– LAN HOUSE
 FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).

Os dados revelam que há precariedade de comércio e supermercados nos bairros de Guaratuba, transferindo o fluxo para o centro da cidade. Conforme relato dos moradores isso deve-se ao transporte coletivo precário, fato que negligencia os direitos sociais dos cidadão e prejudica a e qualidade de vida, principalmente dos idosos. Apesar de haver alguns comércios próximos ao Conjunto, a maior parcela da população prefere ir fazer as compras no centro da cidade em função dos preços mais baratos e das promoções realizadas pelos supermercados.

Após 20 anos de implantação do Conjunto Residencial Carmela, os moradores ainda reivindicam muitas melhorias. O transporte coletivo hoje se estende até o Bairro Coroados, passando pelo centro da cidade. Desse modo o usuário paga somente uma tarifa. A expansão da linha telefônica está chegando ao bairro, devido à demanda de alguns moradores por acesso à internet.

Dentro das melhorias administrativa que ocorreram no Conjunto Residencial Carmela, destaca-se a reativação da Associação de Bairro, em 18 de junho de 2011, constituída por novos integrantes e contando com o apoio dos moradores. A participação direta das pessoas envolvidas é fundamental na luta pelas melhorias na comunidade e participação nas decisões a serem tomadas pelo grupo.

No contexto das políticas sociais emancipatórias, podemos enfatizar a participação dos interessados, como sujeitos coparticipantes e codecisores. Dessa maneira,

[...] o processo de emancipação histórica conhece sobretudo duas vias típicas: a via econômica, traduzida pelo trabalho e pela produção, que pode garantir auto-sustentação; e a via política, Traduzida pela formação da cidadania organizada, que pode garantir a autogestão. (DEMO, 1994, p. 26).

CAPÍTULO III

O PERFIL SOCIOECONOMICO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA

3.1 O CAMINHO METODOLÓGICO PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS

Com o objetivo de delinear o perfil socioeconômico dos moradores e as demandas por políticas públicas no loteamento, foi realizada uma pesquisa domiciliar com as famílias residentes no local, utilizando um questionário (ANEXO 3) com, perguntas diretas referentes às demandas de infraestrutura, equipamentos urbanos comunitários e questões socioeconômicas. O universo amostral foi de 30 famílias, escolhidas aleatoriamente, num contexto de 457 residências, sendo que dessas, apenas 70% estão ocupadas por moradores. No Anexo 3 estão expostos os gráficos que apresentam os resultados obtidos nas coleta de dados.

O estudo do perfil socioeconômico destaca a possibilidade de conhecer a realidade dos moradores, visando sua compreensão sob às ópticas da equidade e da justiça social, de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais (FERRANTE *et al*, 1976 p.177).

Por meio desse perfil socioeconômico serão levantados os dados e informações dos moradores do loteamento com o intuito de identificar o seu padrão socioeconômico e também compreender a relação dos moradores com o espaço no qual estão inseridos.

3.2 OS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Conforme podemos observar no Gráfico 1, os moradores do Conjunto estão distribuídos em três categorias: os moradores proprietários, cerca de 50%, os inquilinos correspondem a 43% e os veranistas (os quais utilizam a moradia no período de verão ou feriados) a 7%.



GRÁFICO 1 – MORADORES
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

Dos contatos informais com alguns moradores e da coleta de dados do questionário, observamos conforme os GRÁFICOS 2 e 3, 43% dos entrevistados residem de 1 a 5 anos no bairro, 30% residem há mais de 10 anos, sendo estes são os mais antigos moradores, 7% residem de 5 a 10 anos e 20% menos de 6 meses, nestes estão incluídos os inquilinos e novos proprietários. Os gráficos nos mostram que o maior motivo que levou os moradores a irem residir no bairro foi a possibilidade de adquirir uma casa própria, de um menor custo ou financiamento com parcelas acessíveis ao seu orçamento doméstico, à aposentadoria, a melhor qualidade de vida no litoral ou devido a problemas de saúde.

Verificamos de acordo com o Gráfico 3 que o número de moradores por residência, de 3 a 4 pessoas, são a maioria, 53%; mais de 5 pessoas correspondem a 37% e até 2 moradores em torno de 10%. O meio de transporte mais utilizado pela família é o ônibus e a bicicleta (GRÁFICO 4), tanto para ir às compras como também para a locomoção ao trabalho ou lazer, e aproveitamos para registrar que não há ciclovia na região.



GRÁFICO 2 – TEMPO DE MORADIA
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

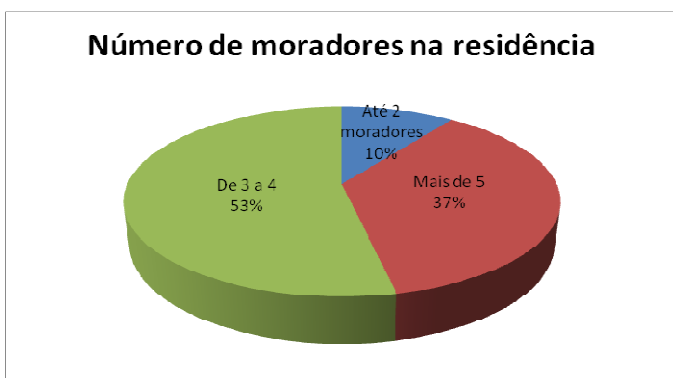


GRÁFICO 3 – NÚMERO DE MORADORES POR RESIDÊNCIA \
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

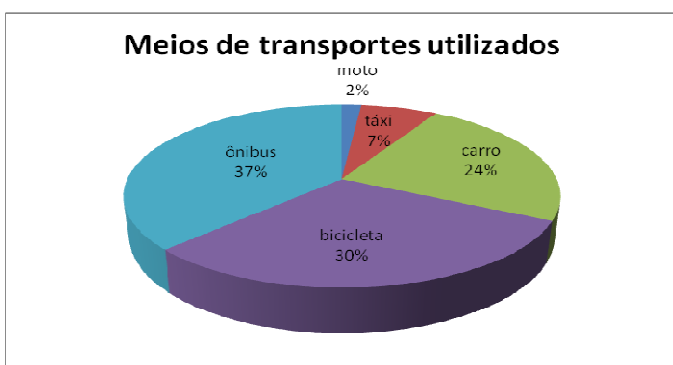


GRÁFICO 4 – MEIOS DE TRANSPORTES UTILIZADOS PELAS FAMÍLIAS.
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

Conforme nos indica o gráfico a seguir (GRAFICO 5), referente à nossa amostragem no bairro, a maior parte dos chefes de família está acima dos 60 anos. Apesar do maior percentual de chefes de família ser constituído desse grupo etário, observamos que há uma significativa porcentagem entre as demais faixas etárias. Os moradores acima dos 60 anos são, em sua maior parte, aposentados ou

pensionistas que moram apenas com o companheiro e que, em alguns casos, mudaram-se para o litoral por motivo de saúde, pois o clima aqui é mais agradável e saudável. Aproximadamente 90% são do gênero masculino.

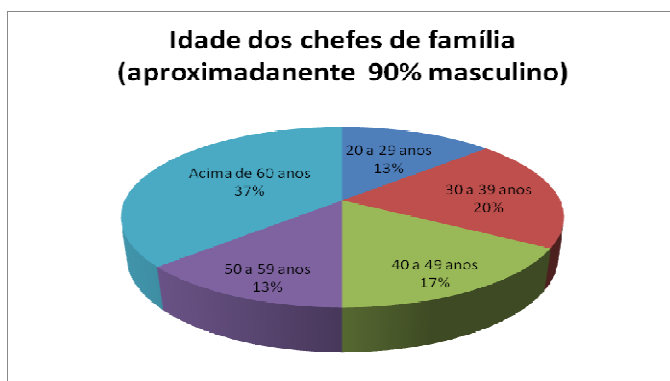


GRÁFICO 5 – IDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

Ainda no que se refere a chefes de família, constatamos que a maior parte dos entrevistados possui Ensino Fundamental incompleto (a maioria cursou até a 4ª.série, ou seja, cursaram apenas as séries iniciais) e a outra parte, o Ensino Médio completo. Poucos foram os que chegaram a concluir o Ensino Fundamental.

Esses dados retratam que a população com baixa escolaridade, ora por dificuldades ou falta de incentivo da sociedade, resulta, em muitos casos, em remunerações baixas e o aumento da economia informal (GRÁFICO 6):

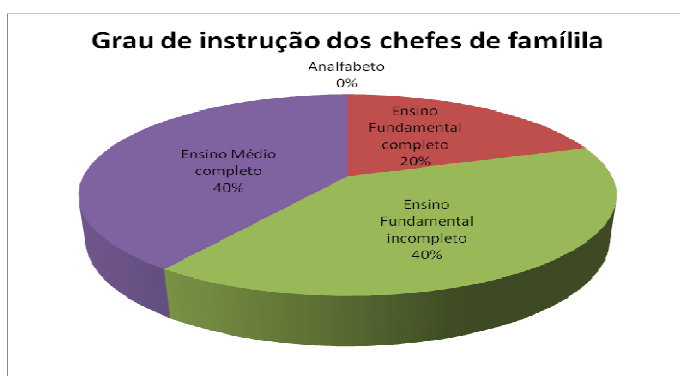


GRÁFICO 6 – GRAU DE INSTRUÇÃO DOS CHEFES DE FAMÍLIA
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

Ainda no que se refere à educação, observamos que alguns moradores disseram obter algumas informações pela televisão, pelo rádio, na igreja e poucos têm acesso à Informática.

Quanto à ocupação dos residentes, constatamos que a maioria são trabalhadores informais, como pedreiros, vendedores ambulantes, jardineiros, diaristas e, em alguns casos, o casal trabalha junto nesse segmento informal e um terço dos entrevistados é aposentado. A percentagem relacionada aos acima de cinco salários correspondem aos veranistas (GRÁFICO 7).

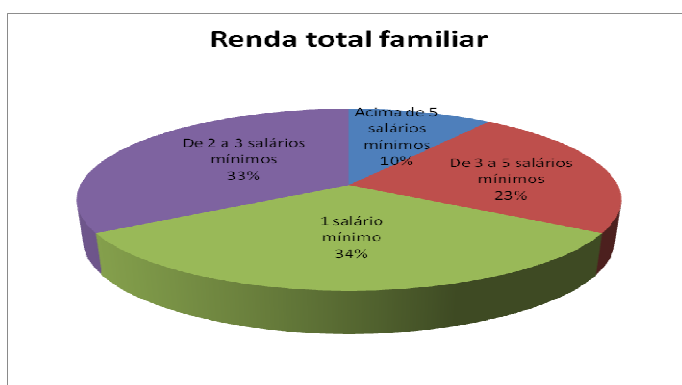


GRÁFICO 7 – RENDA TOTAL FAMILIAR
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

De acordo com o que o gráfico nos mostra, as famílias que ganham até 3 salários, estão inseridas no mercado informal, devido à escassez e dificuldades de emprego formal na cidade, por ser uma cidade litorânea, depender quase que exclusivamente, do turismo e de pequenos empregos temporários, durante a época de verão. Dentre essas famílias, às vezes, somente um membro deles consegue um trabalho. Após o período de verão, os moradores ficam restritos aos trabalhos esporádicos, ofertados pela construção civil, além de outros pequenos serviços voltados à vigilância e à manutenção de propriedades (jardineiros, diaristas, etc.)

Outro indicador que serve para classificar o percentual socioeconômico dos moradores são os dados levantados no Gráfico 8, sobre os equipamentos domésticos. Podemos notar que, na maioria das residências, existem fogão, geladeira e televisão, itens essenciais para uma moradia com um pouco de qualidade de vida. Outros itens em menor percentagem ficaram restritos a telefone fixo e computador.

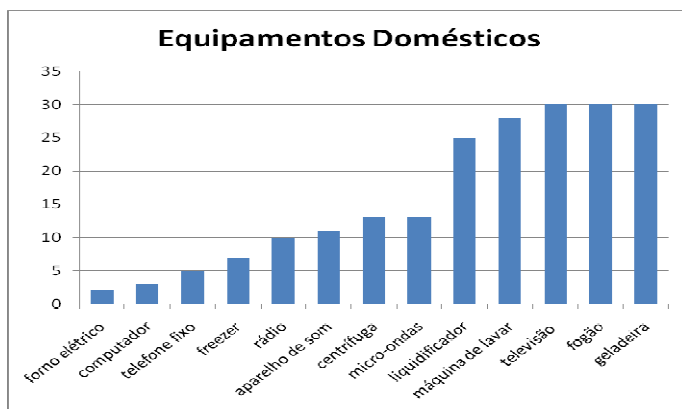


GRÁFICO 8 – EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS.
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

Ao analisarmos os dados que foram apresentados sobre o acesso à renda, à educação, ao emprego, observamos que o acesso aos bens urbanos e aos equipamentos e infraestrutura é limitado à população de bairros de baixa renda. A maioria não trabalha no bairro em que reside e, durante a temporada de verão, tem que se deslocar para o centro ou para a orla marítima.

Essas características revelam segregação socioespacial, identificada, também, por meio da luta por parte dos moradores em busca de melhorias. Nesse contexto, ressaltamos o fato de que poucas pessoas possuem telefone fixo e internet, sendo esses itens considerados como serviços e não como um entretenimento.

De acordo com o levantamento dos dados obtidos por meio do questionário, demonstrados nos Gráficos 9 e 10 que os moradores do Conjunto Residencial Carmela são unânimes em reivindicar, de forma individual, junto Poder Público, com urgência, asfalto nas ruas principais do bairro: Rua Alfredo Dias e Rua Amaro Fernandes Vieira, sendo essas as vias de circulação do transporte coletivo; mais horário de transporte coletivo; pavimentação nas demais ruas; rede de esgoto e policiamento, devido aos inúmeros furtos e arrombamentos dos imóveis.

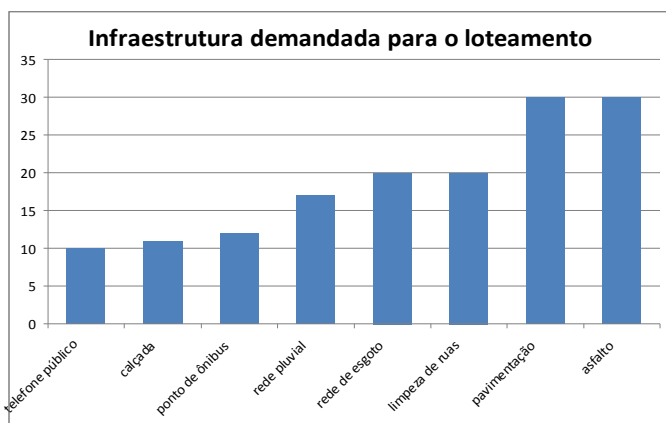


GRÁFICO 9 – INFRAESTRUTURA DEMANDADA PARA O LOTEAMENTO
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

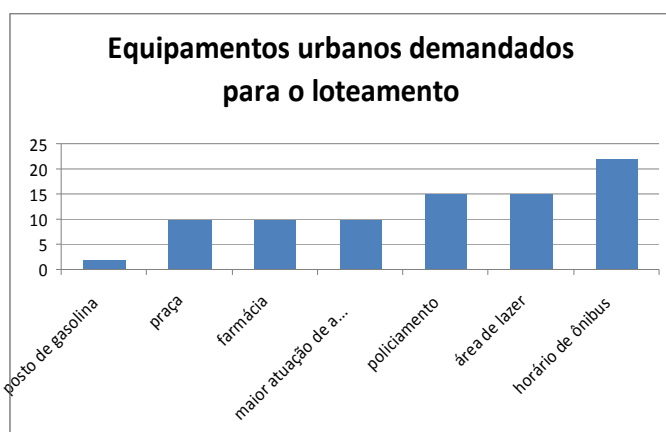


GRÁFICO 10 – EQUIPAMENTO URBANOS DEMANDADOS PARA O LOTEAMENTO
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2011).

Segundo Bonduki (2000, p. 157),

[...] as políticas públicas sociais precisam considerar o perfil socioeconômico dos moradores e a fonte de renda dos mesmos. De modo a melhorar a qualidade de vida e possibilitar a equidade na distribuição dos recursos, fazendo dos investimentos públicos um instrumento para reduzir a péssima distribuição de renda que existe no país e na cidade.

Para Bonduki o Plano Diretor tem capacidade de gerar uma melhor distribuição de riqueza, como a questão de garantir que a terra urbana cumpra sua função social, a progressividade do IPTU, uma melhor distribuição dos investimentos públicos no território da cidade para se tornar menos desigual e com melhor

qualidade de vida, enfrentando o desafio de oferecer mais acessibilidade das pessoas aos equipamentos urbanos e os de infraestrutura.

De acordo com a informação do Sr. Carlos Alberto Carvalho, da Secretaria Especial de Governo e Planejamento da Prefeitura Municipal, referente ao Programa Paraná Urbano, foi disponibilizada verba conforme licitação, para pavimentação e melhorias nas vias públicas do município, sendo uma das vias contempladas, a Rua Alfredo Dias, situada no Conjunto Residencial Carmela, de acordo com o cronograma para o ano de 2011.

Ressaltamos que há uma morosidade e entraves burocráticos na distribuição de verbas desse programa, motivando atrasos nos cumprimentos das licitações vigentes na atual administração municipal, o que acarreta desconfianças e reclamações por parte dos usuários dessas políticas públicas sociais. É nesse contexto que a associação dos moradores é reorganizada, como um canal de voz mais politizada, passando de reivindicações individuais para representação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu em descrever as transformações socioespaciais ocorridas no Conjunto Residencial Carmela desde a sua implementação em 1991 até o momento atual, caracterizando a história do loteamento e a efetivação das políticas públicas no local.

Constatou-se que nesses 20 anos houve pequenas modificações socioespaciais, porém significativas, por exemplo, a inserção de outros usos e ocupação que descaracterizaram a finalidade inicial do loteamento. Um dos fatores que contribuiu para as transformações socioespaciais do loteamento foi a inserção de novos proprietários, os quais mudaram o uso e ocupação de seus imóveis para serviços vicinais e veraneio. Isso ocorre pela necessidade dos moradores adquirirem alguma mercadoria ou serviços com urgência e pela oportunidade de abertura de novas frentes de trabalho para determinadas famílias. E os veranistas contribuíram na medida em que melhoraram suas residências, como reflexo da sua situação socioeconômica.

Com a implementação desses serviços, houve a necessidade do investimento da Administração Pública no local, com a expansão dos serviços públicos, tais como escola, unidade de saúde, ginásio de esportes, transporte coletivo, centro de educação infantil, para atender a demanda de moradores do Conjunto e do entorno.

Após 20 anos da implementação do Conjunto Residencial Carmela, verificamos que os moradores ainda esperam melhorias, tanto de serviços de infraestrutura básica, como também, de equipamentos urbanos comunitários. Constatou-se no trabalho empírico que a totalidade dos moradores almejam melhorias na infraestrutura (pavimentação nas vias, rede de esgoto, calçadas, etc.) e implantação de equipamentos urbanos (segurança, lazer, mobilidade).

Verificou-se no Conjunto Residencial Carmela a reativação da Associação de Moradores, a qual foi compreendida pelos moradores como mecanismo legal de intermediação junto ao Poder Público para reivindicar as melhorias. Os moradores se conscientizaram da importância de uma Associação de Moradores na comunidade, como um instrumento de voz de uma coletividade na luta para garantir os direitos de cidadania.

Nesse contexto, podemos ver a possível contribuição do assistente social como um profissional mediador de conflitos. Pois, de acordo com a Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social, percebemos as potencialidades da atuação desse profissional, cujas ações de elaboração, implementação, execução, avaliação e coordenação de planos, programas ou projetos junto à população, podem contribuir para a efetivação e aplicação das políticas públicas sociais.

Diante dessa Lei constatamos que, atualmente, o profissional do Serviço Social encontra uma diversidade de demandas no seu campo de trabalho, exigindo dele estratégias de atuação. Desse modo, em nosso objeto de estudo o assistente social poderia ser inserido na mediação entre a Associação de Moradores e o Poder Público, para gerir o processo de atendimento às demandas dos usuários, contribuindo significativamente na implementação das políticas públicas sociais e para o empoderamento e representação efetiva da população via Associação de Moradores.

Frente às considerações anteriores, o profissional pode debater os direitos que estão no papel, ou seja, nas leis, versus os direitos de fato, materializados, interferindo nas Conferências Municipais e no Plano Diretor. Também pode contribuir para o fortalecimento e ampliação do campo de atuação da Associação de Moradores juntando-se a outras do município, região, etc.

Concluo, enfatizando minha satisfação em realizar esse trabalho, pois a experiência vivida foi um aprendizado que jamais será esquecido, porque a realidade observada mostrou-me as desigualdades sociais existentes em nossa sociedade. Diante disso, percebo a importância do Assistente Social nas análises das transformações do espaço urbano, demandas pouco trabalhadas pela profissão aqui na região do litoral do Paraná.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição:** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. LEI n. 8.662 de 07 de junho de 1993. Lei que Regulamenta a Profissão de Assistente Social. Disponível em <<http://www.cfess.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. LEI n. 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2011.

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo:** reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

CARDOSO, A. L.; SILVEIRA, M. C. B. da. O Plano Diretor e a Política de Habitação. In: SANTOS JUNIOR, O. A. dos; MONTANDON, D. T. (Org.). **Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re) produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, J. S. (Org.). **Educação, cidadania e direitos humanos.** Petrópolis: Vozes, 2004.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** Campinas: Papirus 1994.

FERNANDES, E. Um novo estatuto para as cidades brasileiras. In: **Estatuto da Cidade reforma urbana:** novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: Fabris, 2002.

FERRANTE, Vera Lúcia S. B. *et al.* **Um modelo de análise socioeconômica:** construção e resultados obtidos. Saúde pública. São Paulo, 1976. n. 10, p. 177-190. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v10n2/05.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2011.

GOUDARD, B; MORAES, A. F.; OLIVEIRA, R. de. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **Internacional Interdisciplinar. Interthesis, UFSC.** Florianópolis, v.5 nº 2, p. 93-103, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/4984>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MIOTO, Regina Célia. Estudos socioeconômicos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** (org.) Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

http://planetasustentavel.abri.com.br/noticia/atitude/conteudo_282543.shtml. Acesso em 05 set.2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS - RS. **Plano Diretor Urbano Ambiental – Canoas RS**. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/PDUA/ARQ73.pdf>.> Acesso em: 21 jun. 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. **O que é questão de moradia**. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1985.

ROLNIK, Raquel: Moradia adequada. **Revista CREA PR**, Curitiba, jun 2010, n. 63. p. 13-15.

SCHAFER, G. Usucapião Especial Urbano: da Constituição ao Estatuto da Cidade. In: ALFONSIN, B.; FERNANDES, E. (Org) **Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade**: diretrizes, instrumentos e processos de gestão. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

SILVA COSTA, Carlos Eduardo da. **Habitação rural**: uma proposta e racionalização pela autoconstrução. Seropédica: Edur, 1995.

SMANIOTTO, Carina Antonia. **O acesso à moradia e seu significado para as famílias rurais de Planalto – RS**. 2008. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2008.

SORDI, Diogo Gustavo. **Habitação Rural**: o sentido da nova moradia para os agricultores familiares do oeste catarinense. 2006.68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2006.

ANEXOS

Anexo 1 – Ata da Primeira Assembléia da Associação de Bairro do Conjunto Residencial Carmela.....	45
Anexo 2 – Mapa do Conjunto Residencial Carmela.....	46
Anexo 3 – Questionário socioeconômico aplicado aos moradores.....	47
Anexo 4 – Registro fotográfico do loteamento do Conjunto Residencial Carmela. .	49

ANEXO 1

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA DA ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO DO
CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA

Ata da Assembleia Geral de Constituição da Associação de Moradores do Conjunto Residencial Carmela, com 457 unidades habitacionais, realizada no dia 24 de outubro de 1992, no Ginásio de Esportes José Richa, em Quaratuba, Estado do Paraná.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e dois, às quatorze horas, no Ginásio de Esportes José Richa, sito à Rua Nicolau Abagge, s/nº, na cidade de Quaratuba, Estado do Paraná, reuniram-se em Assembleia Geral os associados da COHABAR inscritos no Conjunto Residencial Carmela de Quaratuba, com a presença de 138 (cento e trinta e oito) associados, conforme consta no Livro de Presenças, com a finalidade de debater assuntos de interesse do Conjunto, como também de constituírem uma Associação de Moradores, conforme Circular encaminhada a todos os associados, datada de 13 de outubro de 1992. Abriu a sessão o Senhor Marcos Aurélio Chaves, indicado pela Assembleia para presidir os trabalhos, o qual convidou a Senhora Sônia Maria de Araújo Moura para atuar como Secretária, a quem solicitou a leitura da Circular de convocação, cujo teor é o seguinte: "Cooperativa Nacional de Habitação - COHABAR. C.G.C.M.F. 75.154.930/0001-07 - FF/Pr nº 16 - Rua Alferes Poli, 1601. Fone: 225-4318 - CEP 80220 - Curitiba - Paraná. Circular nº 068/92. Quaratuba/Pr. 13 de outubro de 1992. Sr(a) Associado(a) da COHABAR/Seccional Conj. Res. Carmela. Temos a satisfação de convidá-lo(a) para as seguintes atividades: 1) Dia 24/10/92 às 10:00 horas - Visita coletiva dos associados às obras do Conjunto Residencial Carmela. Aguardaremos no local. 2) no mesmo dia 24/10/92 às 14:00 horas - Reunião Geral. Local: Ginásio de Esportes José Richa, Rua José Nicolau Abagge s/nº - Quaratuba Pr. Assuntos: Informações gerais sobre o Conjunto; Sistemática de Sorteio das casas; Precisas de melhorias para

ANEXO 2:
MAPA DO CONJUNTO RESIDENCIAL CARMELA



FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA – SECRETARIA DE URBANISMO (06/2011).

ANEXO 3
QUESTIONÁRIO SÓCIOECONÔMICO APLICADO AOS MORADORES

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

1-NASCIMENTO: _____

2-SEXO: Masculino () Feminino ()

3-RELIGIÃO: _____

4-ESTADO CIVIL:

() casado(a) () solteiro(a) () viúvo(a)
() união estável () divorciado(a) () outro

5-COR:

() branca () negra () morena
() mulata () amarela () outra

6-PROFISSÃO:

Homem: _____ Mulher: _____

7-GRAU DE ESCOLARIDADE:

() analfabeto () Ensino Fundamental completo
() Ensino Fundamental incompleto (qual série?)
() Médio () Superior
() curso profissionalizante

8-RENDA MENSAL DA FAMÍLIA:

() 1 salário mínimo
() 1 a 2 salários mínimos
() 2 a 3 salários mínimos
() 3 a 4 salários mínimos
() 4 a 5 salários mínimos
() mais de 5 salários mínimos

9-NÚMERO DE FILHOS: _____

10-MORADIA É:

() própria () alugada () financiada
() cedida por parentes ou amigos

11-TIPO DE RESIDÊNCIA DO ENTREVISTADO:

a) alvenaria () mista
b) casa forrada () sim () não
 () parcialmente
c) piso () taco
 () madeira

- cerâmica
 cimentado
d) teto telha
 folha de amianto
e) jardim sim não
f) luz elétrica sim não
g) água encanada sim não
h) esgoto rede fossa

12-APARELHOS DOMÉSTICOS:

- televisão quantidade
 rádio
 aparelho de som
 máquina de lavar
 centrífuga
 fogão
 geladeira
 freezer
 liquidificador
 outros:-----

13-MEIO DE TRANSPORTE:

- carro ônibus táxi bicicleta outros

14-PARTICIPA DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL?

- sim não Qual? _____

15-PARTICIPA DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE?

- sim não

16-FREQUENTA UMA IGREJA DO BAIRRO?

- sim não Qual? _____

17-COMPRAS PARA USO DOMÉSTICO SÃO EFETUADAS:

- bairro centro

18-UTILIZA A FARMÁCIA:

- bairro centro

19-INFRAESTRUTURA BÁSICA DO LOTEAMENTO:

- coleta de lixo diária dias alternados semanal
 praça creche unidade de saúde escola

20-EQUIPAMENTOS URBANOS DISPONÍVEIS:

- ginásio de esportes ponto de ônibus

21-QUAIS SÃO OS SERVIÇOS PÚBLICOS E COMÉRCIO SURTIDOS A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO LOTEAMENTO?

- a) Antes (1991): _____
b) Hoje (2011): _____

ANEXO 4
REGISTRO FOTOGRÁFICO DO LOTEAMENTO CONJUNTO
RESIDENCIAL CARMELA



RIO BOGUAÇU MIRIM – GUARATUBA - PR
FONTE: RODRIGUES, L. A (2011).



INFRAESTRUTURA CONQUISTADA PELOS
MORADORES (B)
FONTE: SERAFIM, A. D. (1993).



RUA PRINCIPAL SEM PAVIMENTAÇÃO
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



ESGOTO A CÉU ABERTO.
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



ESCOLA MUNICIPAL JOÃO GUALBERTO
DA SILVA / ESCOLA ESTADUAL LEA GERMANO
MONTEIRO
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011)



GINÁSIO DE ESPORTES

FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO MIRIM

FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



ESCOLA DE ATENDIMENTO INFANTIL

FONTE: RODRIGUES, L. A.(2011).



COLETA DOMICILIAR
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



TRANSPORTE COLETIVO
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



PONTO DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE
COLETIVO

FONTE: RODRIGUES, L. A.(2011)



RUA ARBORIZADA PELOS MORADORES
FONTE: RODRIGUES, L. A.(2011).



IMÓVEL DE VERANISTA (B)
FONTE: RODRIGUES, L. A.(2011).



AVIÁRIO BOM SUCESSO.
FONTE: RODRIGUES, L. A.(2011).



BAR DO CONJUNTO RES. CARMELA.
FONTE: RODRIGUES, L. A.(2011).



BRECHÓ
FONTE: RODRIGUES, L. A.(2011).



LOJA DE ROUPAS
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



OFICINA DE BICICLETA
FONTE: RODRIGES, L. A. (2011).



PEIXARIA DA ROSA
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).



PANIFICADORA CORREA
FONTE: RODRIGUES, L. A. (2011).